



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:
UMA BREVE ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DESEMPREGO
NO BRASIL AO LONGO DAS DÉCADAS DE 1990 E 2000.**

TIAGO SPERA CASTRO

LONDRINA 2014

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:
UMA BREVE ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DESEMPREGO
NO BRASIL AO LONGO DAS DÉCADAS DE 1990 E 2000.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^ª. Dr. Ronaldo Baltar

Londrina
2014

UMA BREVE ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DESEMPREGO NO BRASIL AO LONGO DAS DÉCADAS DE 1990 E 2000.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciências
Sociais, da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Baltar
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a Dra. Cláudia Siqueira Baltar
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Rosivaldo Pellegrini
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, _____ de junho de 2014.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: UMA BREVE ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DESEMPREGO NO BRASIL AO LONGO DAS DÉCADAS DE 1990 E 2000.

RESUMO

Neste trabalho, pretendo analisar e conceituar a questão do desemprego e do trabalho no Brasil, sob o olhar das ciências sociais – predominantemente a sociologia e a ciência política. Para isso, busquei dados e publicações que englobam o tema, principalmente registros do IBGE, IPEA e DIEESE. Recortei para estudar os níveis de desemprego a partir da década de 1990, quando o país havia passado pela redemocratização e iniciou-se a implantação de políticas de caráter neo-liberal, sobretudo com o Plano Real. Analiso também algumas políticas públicas que visam combater o desemprego, como o bolsa família e também como a educação se insere nesse contexto.

Palavras-chave: Sociologia, desemprego, bolsa família, geração nem-nem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
DEFINIÇÃO CONCEITUAL.....	7
O DESEMPREGO.....	15
NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	18
O PAPEL DA EDUCAÇÃO.....	21
DESEMPREGO NO BRASIL AO LONGO DA DÉCADA DE 1990.....	25
Comparação quantitativa sobre o desemprego entre os governos ao longo dos anos.....	26
A CRISE DE 2008.....	29
A GERAÇÃO NEM-NEM.....	31
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E DE COMBATE AO DESEMPREGO.....	33
O BOLSA FAMÍLIA.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

INTRODUÇÃO

Nesse presente trabalho procuro explicar e debater, com base conceitual sociológica, como se deu o processo do desemprego no Brasil desde a década de 1990 (com algumas ressalvas a respeito da década de 1980) e posteriormente, traçar um paralelo e exemplificar, com apoio de dados empíricos coletados por institutos como o IBGE, IPEA e DIEESE, como as políticas de caráter neoliberal, introduzidas na década de 1990, mais precisamente a partir de 1995, afetaram a oferta e a demanda e o funcionamento das engrenagens dentro do mercado de trabalho. A mesma análise será feita também com o posterior governo do PT, com a posse do Lula, que assim como Fernando Henrique, também foi reeleito e teve um período de governo de dois mandatos.

Visto que ambos presidentes tiveram oito anos de exercício, creio que seja esse um espaço de tempo interessante e relevante para observar efeitos e consequências de políticas públicas e sociais implantadas e desenvolvidas.

Com o governo do PT, Lula assumindo em 2002, observou-se, a priori, o foco das políticas socio-econômicas voltou-se para o dito assistencialismo (por sinal, duramente criticado pela oposição como demagogia e 'medida populista'), e o que foi também apelidado de 'neo-desenvolvimentismo'.

É interessante ressaltar que muitas das políticas públicas de assistencialismo implementadas pelo governo do PT nada mais são do que uma espécie de adaptação e otimização de políticas que já estavam em voga pela gestão de governo anterior.

Porém é importante esclarecer que, para efeito de análise, a questão emprego *versus* desemprego, deve-se antes ter em consciência a noção do conceito de trabalho e da sua organização estrutural socioeconômica. Para tanto, recorro às explicações de pensadores clássicos, como Marx, Stuart Mill e Keynes e também alguns contemporâneos.

Posteriormente, será também abordado um pouco a respeito de algumas formas de políticas públicas que visam mitigar os efeitos e logicamente as consequências do desemprego e sua ligação com o desenvolvimento do PIB (Produto Interno Bruto). Uma dessas políticas que será analisada com mais detalhe

é o Bolsa Família e seu resultado e efeito, visto que o programa completou dez anos recentemente.

Outro assunto que julguei de interesse e que engloba a discussão do desemprego é a recém-conceituada e reconhecida 'geração Nem-Nem', que diz respeito a um grande (e crescente) número de pessoas relativamente jovens, entre 18 e 25 anos, que não possuem emprego ou qualquer atividade remunerada e também não encontram-se envolvidos em educação superior ou cursos profissionalizantes. Essa mesma parcela da população, porém, possui em sua maioria o ensino médio completo.

DEFINIÇÃO CONCEITUAL

Em sua concepção filosófica básica, Marx conceitua e define o “trabalho” como sendo o esforço e a intervenção na natureza que cada ser humano realiza tendo em vista a garantia de sua própria sobrevivência biológica. Com isso os seres humanos constituem e se organizam em forças produtivas (que produzem e portanto, trabalham). Assim sendo, Marx também detalha como, ao longo da história da humanidade, as forças produtivas modificam-se e adaptam-se de acordo com a estrutura socioeconômica e com a relação de poderes. Esses conceitos 'básicos' foram desenvolvidos e ampliados, não só pelo próprio Marx, mas como pensadores posteriores que se inspiraram nas obras do mesmo, como explicarei adiante.

O pensador e sociólogo Francês, Georges Friedmann, em sua obra *Traité de Sociologie du Travail*, pontua que: “Trabalho é o conjunto das ações que o homem, em ordem a um fim prático, com ajuda do cérebro, das suas mãos, de utensílios ou de máquinas, exerce sobre a matéria, ações que, por seu lado, atuando sobre o homem, o modificam”. Sobre as várias concepções de trabalho, são amplamente aceitas:

- Trabalho como pena e punição, no qual o trabalho é fruto de uma maldição para o homem. Associa-se o trabalho ao trabalho escravo e às classes mais baixas.
- Trabalho enquanto meio para obter uma recompensa, para além da recompensa divina. Esta ideia subsiste como condição de maiores salários para os trabalhos mais pesados, ou ainda, do pagamento de trabalho extraordinário e das recompensas pecuniárias pontuais.
- Trabalho como vocação ou fonte de satisfação individual, pressupondo uma relação interiorizada do ser humano e do trabalho a realizar.
- Trabalho como força impessoal, associada ao processo de industrialização que, em articulação às exigências das máquinas e da

organização do trabalho, secundarizam o trabalhador e transformam a força de trabalho num valor de troca, podendo ser trocada e vendida num mercado de trabalho.

- Trabalho como emprego que resulta da crescente dependência contratual do trabalhador e da sua família. A evolução da intervenção social no mercado de trabalho, vai atribuindo ao emprego um valor em si mesmo, assumindo-se crescentemente como objetivo e direto.

- Trabalho como determinante do tempo humano, tempo esse que condiciona igualmente o dia a dia e toda a vida do trabalhador e de sua família. A evolução recente da flexibilização do horário de trabalho, dos contratos a tempo parcial impõem cada vez mais uma nova organização econômica e social.

– Trabalho como qualquer atividade humana assume uma utilidade social, podendo ser uma alternativa ao nível de sistema de valores, ao nível dos sem emprego, como enquadramento socialmente integrador (trabalhos de natureza voluntário e comunitário).

Obviamente que, ao longo da história, a relação homem e trabalho modificou-se e complexificou-se bastante, sobretudo com a ascensão do capitalismo industrial (revolução industrial), e pela conseguinte instituição do trabalhador assalariado (ou o empregado) como o formato padrão dos trabalhadores (como pontuado acima), a forma que o ser humano lida com o trabalho passou a incluir então uma nova variável: o emprego. Portanto é importante deixar claro que trabalho e emprego são coisas completamente distintas.

Ao longo dos séculos XIX e XX, as mudanças tecnológicas (diga-se que sendo em grande parte, resultados da indústria bélica, altamente aquecida ao longo do século XX) que ocorreram deveriam, dialeticamente, comportar e integrar os trabalhadores.

Surgiram então, as jornadas de trabalho, que regulavam e colocavam em ordem o trabalho a ser realizado (vide o taylorismo). Nesse gigantesco processo de

industrialização mundial, enormes massas da população tiveram seu sustento e seu trabalho manual substituídos pela produção industrial de grande escala. Para ilustrar melhor o cenário e o contexto histórico, cito Marcio Pochman:

Na Depressão de 1929, quando o nível de ocupação atingiu patamares reduzidos jamais vistos, o enfrentamento do desemprego não se deu exclusivamente pela porta da geração de novos postos de trabalho. Não há dúvidas que somente a retomada sustentada da economia terminou por abrir condições adequadas de elevação do nível de ocupação, mas isso se deu no longo prazo, a partir da superação das causas que haviam levado à grande crise dos anos 1930. Por conta disso, parcela importante das ações de enfrentamento do desemprego ocorreu para além da demanda econômica de absorção de trabalhadores. Ou seja, a redução do desemprego transcorreu sobre a determinação da oferta de mão-de-obra, com intuito de reduzi-la em função da crescente ociosidade da força de trabalho. Assim, por exemplo, ganhou maior importância o conjunto de ações voltadas tanto para a postergação do ingresso como a antecipação da saída do mercado de trabalho. Ao invés da entrada no mercado de trabalho a partir dos 5 ou 6 anos de idade, conforme experiência anterior da sociedade agrária, houve a postergação para os 15 anos, após passagem pelo ensino básico. Ou seja, a educação passou a antecipar qualquer experiência laboral, da mesma forma que depois da conclusão de um determinado tempo de trabalho regular (geralmente 30 anos para mulher ou 35 anos para o homem), foi definida a saída do mercado de trabalho para a inatividade financiada por fundos públicos. Nesses termos, a superação da crise do desemprego da década de 30 implicou uma nova combinação da jornada de trabalho com o tempo de vida. A jornada do trabalho pela sobrevivência, que representava 4/5 do tempo de vida do ser humano antes da Depressão de 1920, passou para não mais do que 2/5 em função da postergação do ingresso e da antecipação da saída do mercado de trabalho. Na ausência de trabalho para todos, foram sendo constituídas as condições políticas necessárias para a acomodação da oferta de mão-de-obra com garantia de renda à quantidade e qualidade da demanda econômica de trabalhadores. (POCHMAN, 2012)

Segundo Karl Marx, na busca de inovações tecnológicas que lhes propiciem uma vantagem temporária sobre os seus concorrentes, os capitalistas buscam elevar, maximizar, e otimizar a composição orgânica do capital, substituindo gradativamente a força de trabalho (que é parte do capital variável) por máquinas (que são parte do capital constante), o que resultaria num aumento do desemprego e do exército de reserva.

É relevante também destacar os novos meios e métodos de produção industrial de mercadorias, que surgiram e entraram em vigência durante o período

histórico da revolução dos meios de produção no contexto industrial. Trata-se do Taylorismo, Fordismo e posteriormente, o Toyotismo. O taylorismo e fordismo, ambos aparecendo no final do século XIX e difundidas no início do século XX, foram desenvolvidos e pensados para otimizar a feitoria e confecção de produtos e bens materiais, dentro do ambiente industrial.

Em primeira instância foi elaborado o taylorismo, por Frederick Taylor, que inicialmente foi concebido como uma técnica administrativa – administração científica, como ele mesmo a denominava. Foi com o taylorismo que apareceram inovações como a divisão de atividade por aptidão, a produção em série, singularização de funções, o relógio de ponto e até a gerência da fadiga dos trabalhadores.

Posteriormente, o chamado fordismo, concebido por Henry Ford, construiu e estruturou-se acima do que os elementos tayloristas haviam já pavimentado. Além de aproveitar os pilares tayloristas, o fordismo introduziu à equação a esteira de produção (conhecida como '*assembly line*' em inglês), visando aumentar ainda mais a produtividade – dessa forma o trabalhador não teria que ir até o produto em estágio de fabricação, mas a esteira o deslocaria do começo ao fim de sua montagem.

É também interessante colocar que o fordismo foi uma adaptação do taylorismo desenvolvida tendo em vista a produção de automóveis – o Ford T, primeiro automóvel “popular” pois Henry Ford acreditava que os trabalhadores deveriam ser capazes de comprar o que produziam.

Além de revolucionarem a cadência, a velocidade e a ordem da manufatura de produtos e bens materiais, os novos modos (até então, o taylorismo e fordismo) apresentaram também mudanças na própria relação que o ser humano tem com o trabalho. Com a sociedade industrial aparece também a ideia e conceito de 'emprego assalariado', uma nova relação social com a sociedade capitalista.

Apesar de já existirem os artesãos e seus aprendizes, por exemplo, que conceitualmente já podiam ser considerados como um tipo de emprego, aparecem também novos elementos, trazendo consigo as questões de salário, jornada de trabalho (controlada pelo relógio de ponto, até hoje utilizado em diversas áreas) e exploração do trabalho.

Assim sendo temos uma nova ótica e diferentes formas que o homem

gera seu sustento. É a partir e dependendo diretamente desse desenvolvimento (ou processo histórico) que se deu também o que se chamou de 'desemprego' que é, obviamente, a falta de emprego, o 'não-emprego'.

Um dos conceitos pertinentes de Marx a respeito do desemprego é o “exército de reserva industrial”, o qual se define como sendo a massa da população que não está empregada e procurando emprego, e assim, pressionando o proletariado empregado a manter sua posição ou seu cargo, ainda que com salário reduzido. A respeito disso, Karl Marx no capítulo “A Lei geral da acumulação capitalista” na obra “O Capital” (1867), citado em um artigo de Davisson C. C. de Souza (2005), coloca que:

Marx constata também que a redução da parte variável do capital provoca a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora. No entanto, segundo o autor, faz parte da dinâmica da acumulação capitalista a produção constante de uma “(...) população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”

É interessante e relevante pensar que assim como as mercadorias produzidas de forma cadenciada e seriada na sociedade industrial acabam, fatalmente, gerando excedente, a lógica do capital também faz o mesmo com os trabalhadores – gerando uma massa de trabalhadores desempregados. Assim sendo, o autor na mesma obra continua explicando que:

A partir de então, Marx explora as condições da geração deste excedente populacional e sua relação com o processo de acumulação do capital. Segundo o autor, “(...) a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção”.

E assim, chega à conclusão de que:

“(...) se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de

expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população”

Em seguida Marx passa a explorar a “funcionalidade” presente na geração do exército industrial de reserva. Basicamente, a função deste para Marx se dá em dois níveis: o controle do nível salarial, a desmobilização da luta do trabalhadores, e a conseqüente permissão de um maior grau de arbítrio patronal.

Primeiramente, o autor afirma que “em seu conjunto, os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela extensão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial”. Para o autor, portanto, não são “(...) determinados pelas variações do número absoluto da população trabalhadora, mas, pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército da ativa e exército da reserva, pelo acréscimo e decréscimo da magnitude relativa da superpopulação, pela extensão em que ora é absorvida, ora é liberada” (Davisson, 2005).

Em segundo lugar Marx afirma que “durante os períodos de estagnação e de prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona sobre o exército de trabalhadores em ação, e durante o período de superprodução e paroxismo, modera as exigências dos trabalhadores” (Davisson, 2005).

Assim, a questão do desemprego, analisada da ótica e o ponto de vista marxista, é possível considerar que a noção que temos hoje é, não só um excesso ou uma sobra de trabalhadores, mas também uma forma que o próprio capitalismo opera – gerando sempre uma fatia, uma porção de excluídos.

Obviamente, essa exclusão não se limita apenas na área de emprego-desemprego, sendo observada em várias relações econômicas e sociais. Dessa forma, o exército de reserva, serve bem aos interesses dos capitalistas, podendo controlar e pressionar a massa de trabalhadores, empregados ou desempregados. Nas palavras do próprio Marx (1867):

O desemprego em massa constitui o exército industrial de reserva, quanto maior ele é, melhor para o capitalista que poderá assim afirmar ao proletário no caso deste fazer greve, que pode contratar outra pessoa a um custo menor fazendo o mesmo trabalho. Daí que o exército industrial de reserva seja tão importante para o

capitalismo.

Portanto, é de interesse dos grandes capitalistas, a maximização do lucro e a otimização da mão-de-obra e da produção. O que condiz com o surgimento de vários modos de produção durante o séculos 19 e 20, resultando no fordismo, taylorismo e posteriormente o toyotismo (que serão discutidos com mais profundidade mais à frente).

Mas, em termos marxistas, mesmo com a introdução de novas tecnologias e modos de se produzir, a lógica capitalista e seu *modus operandi* ainda visam, obviamente, o lucro, a exploração de trabalhadores e extração de *mais-valia*.

Por fim, se tratando da questão do desemprego, John Stuart Mill também propõe uma análise pertinente (que até concorda com a ótica marxista), que foi criticada por Keynes posteriormente:

Os economistas clássicos entendiam que o estado de pleno emprego dos fatores de produção (entre eles o trabalho) era normal, estando a economia sempre em equilíbrio. John Stuart Mill colocava a grosso modo: "Se pudermos duplicar as forças produtoras de um país, duplicaremos a oferta de bens em todos os mercados, mas ao mesmo tempo duplicaremos o poder aquisitivo para esses bens." Dentro dessa linha de ideias, o aparecimento de desempregados em certas épocas era explicado como a resultante de um desajustamento temporário. O ajustamento (ocupação da força de trabalho desempregada) ocorreria quando os trabalhadores decidissem aceitar voluntariamente os salários mais baixos oferecidos pelos empresários.

John Maynard Keynes contestou essas afirmações, negando que haja um ajustamento automático para o pleno emprego no regime da propriedade privada dos meios de produção. Afirmam os keynesianos que a lei do mercado dos clássicos, segundo a qual "a oferta cria a sua própria procura", é ilusória e que o pleno emprego é uma situação excepcional, de pouca duração e raramente atingida.

Para Keynes, é a procura efetiva que determina a maior produção consequência o mais alto nível de emprego, enquanto a produção global nem sempre encontra procura efetiva. "Quando a procura efetiva é insuficiente, o sistema econômico se vê forçado a contrair a produção", o que resulta no desemprego. "Não há meio de assegurar maior nível de ocupação, a não ser pelo aumento do consumo." A procura efetiva estaria na dependência da renda real, ou seja, do efetivo poder de compra da comunidade, e o subconsumo, causador do

desemprego, seria consequência do fato de que "uma parte excessivamente grande do poder de compra fica com os beneficiários de rendas importantes", como disse Bertrand de Jouvenel.

Em suma, podemos considerar que o desemprego, não se trata apenas de uma quantidade de pessoas não empregadas e por conseguinte, não assalariadas. Trata-se de um conjunto de fatores políticos e sociais que culminam no contingente de pessoas que acabam excluídas ou não inseridas no mercado de trabalho.

O DESEMPREGO

Depois das grandes transformações que o Brasil sofreu nos últimos 30 anos, a questão do desemprego continua sendo um dos problemas principais, sobretudo quando se leva em consideração o tamanho e a população do país. Houve na agricultura a expansão e a mecanização em todas as fases – preparo da terra, plantio e colheita - , ocasionando a expulsão de milhares de pessoas que por sua vez, dirigiram-se para a cidade.

Na indústria, a crescente automação das linhas de produção também foi responsável por colocar milhares de pessoas na rua. Nos setores industriais, para exemplificar, na década de 1980, para produzir 1,5 milhão de veículos, as montadoras empregavam 140 mil funcionários. Nos dias atuais, para produzir 3 milhões de veículos, as montadoras empregam apenas 90 mil funcionários.

No setor de serviços, também é visível as mudanças (e por conseguinte as demissões) que a automatização causam. Com o aumento do uso e a popularização da informática e outros recursos tecnológicos, vários serviços e cargos tornaram-se obsoletos.

Portanto, é interessante pensar que a modernização dos setores de produção e dos serviços, apesar de ter contribuído com a riqueza nacional – não provocou o aumento na quantidade de empregos.

Existem algumas vertentes que afirmam que esse quadro só será mudado com mais desenvolvimento econômico; alguns dizem que é impossível resolver o problema dentro de uma sociedade capitalista, pois, por natureza, no estágio em que se encontra, ele gera o desemprego e não há como reverter isso na presente estrutura social. Também há os que defendam que também existe a questão da sorte (a fortuna, como colocaria Maquiavel), de relações pessoais e a ganância de empresas.

Apesar dessas afirmações e explicações possuírem validade conceitual, existe um elemento que esclarece uma característica do desemprego. Essa resposta está na política econômica desenvolvida no Brasil há mais de 20 anos, até o início do século XXI. A inexistência de postos de trabalho, além das razões anteriormente apontadas, foi o resultado de uma política monetária de juros altos e uma política

fiscal de redução de gastos públicos.

Nos últimos anos essa tendência foi alterada com a queda gradativa dos juros e com o aumento dos gastos públicos, excetuando o final de 2008 e o ano de 2009 devido à repercussão da crise financeira mundial, observa-se que existe uma tendência de queda no desemprego no Brasil. Segundo dados da pesquisa mensal de emprego (PME) divulgada no início de 2009 pelo IBGE, a taxa de desemprego de 2008 ficou em 7,9% contra 9,3% em 2007. É o menor índice da série histórica, iniciada em 2002, que contempla os dados das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Em suma, para uma bom crescimento e desenvolvimento (e assim incluo também a redução do desemprego) é necessário uma ampliação do Estado nos mais diversos setores – educação, saúde, segurança, transporte, cultura, esporte e lazer -, além de investimentos maciços em obras públicas, principalmente de infraestrutura, de habitação e incentivos crescentes a todos setores industriais, o que envolverá a contratação de milhares de pessoas.

Citando um artigo do autor Paulo Baltar, procuro acentuar também o papel do poder público ao lidar com a questão do desemprego e a rotatividade do mercado de trabalho. Como o autor coloca:

O poder público não se empenhou suficientemente para ordenar a entrada e a saída das pessoas no mercado de trabalho, definindo o momento oportuno e ajudando a conformar os requisitos para as pessoas acessarem as distintas ocupações. O poder público também não atuou no sentido de evitar elevada rotatividade das pessoas nos empregos, colaborando para estabilizar as pessoas em determinadas ocupações e atividades da economia, facilitando o desenvolvimento profissional das pessoas e permitindo que as profissões pudessem se constituir em eixos para uma melhor estruturação da vida social. [...] também não se empenhou para elevar o poder de compra das remunerações dos trabalhadores, [...] resultando ampla dispersão dos valores dessas remunerações, provocada pelo descolamento dos salários de alguns poucos trabalhadores, os únicos que puderam usufruir plenamente de aumento de poder de compra, com a elevação da produtividade.

Ou seja, além do movimento turbulento que foram as mudanças mercado de trabalho ao longo do século XX, o poder público também mostrou-se ausente, começando a atuar de forma mais ativa após a elaboração da constituição de 1988 que pontuou e embasou respaldo legal em inúmeras questões trabalhistas.

NEOLIBERALISMO NO BRASIL

É importante salientar que no Brasil, após a ditadura militar (que acabou-se em 1985), ocorreram mudanças de natureza político-econômicas – como por exemplo o plebiscito que resultou na adoção do modelo de república presidencialista. E com o modelo presidencialista, foi adotada também, por osmose, os ideais socioeconômicos do neoliberalismo – implantados pelo presidente Fernando Collor. Por sinal, o primeiro presidente eleito por voto direto do povo, após a ditadura do Regime Militar(1964-1985). Sucedeu o presidente José Sarney, nas eleições de 1989.

Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano.

No governo Collor, em 1990, o processo de abertura comercial foi aprofundado, sendo que as principais medidas adotadas foram:

- A extinção das barreiras remanescentes dos períodos anteriores;
- Implementação de um programa de desgravação tarifária, com redução generalizada de alíquotas;
- Eliminação de alguns regimes aduaneiros especiais;
- Estabelecimento de um regime de câmbio com taxas flutuantes.

Para fins didáticos, segue uma definição conceitual básica do neoliberalismo:

Neoliberalismo é uma redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas e é entendido como um produto do liberalismo econômico clássico. O neoliberalismo pode ser uma corrente de pensamento e uma ideologia, ou seja, uma forma de ver e julgar o mundo social ou um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos. Na política, neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

E quanto à intervenção que o estado desempenha dentro do funcionamento da economia, quanto e como deve regulá-la:

O neoliberalismo defende a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, a diminuição dos impostos e tributos excessivos etc.

No Brasil, entretanto, o modelo neoliberal ganhou força com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, quando se iniciou uma fase de privatização de várias empresas estatais. O dinheiro conseguido com essas privatizações foi na sua maioria utilizado para manter a cotação do Real (uma nova moeda na altura) ao nível do dólar. As medidas neoliberalistas originaram falências e desemprego.

Uma das privatizações mais polêmicas, no meio de tantas, foi a venda da mineradora então conhecida como Vale do Rio Doce. A venda ocorreu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com a implantação da privatização das estatais brasileiras. A segunda maior empresa brasileira, maior produtora de minério do mundo, foi vendida por R\$ 3,3 bilhões de reais em 1997 e o valor estimado na época do leilão era de R\$ 92 bilhões de reais, ou seja, valor 28 vezes maior do que o que foi pago pela empresa. O Consórcio Brasil, formado pela Companhia Siderúrgica Nacional, a Bradespar (do grupo Bradesco) e o fundo de investimentos Previ, arrematou 41,73% das ações por R\$ 3,3 bilhões, o suficiente para assumir o controle da empresa. Por isso também, o episódio foi apelidado como “a doação da Vale”.

O neoliberalismo é bastante criticado pois muitos acreditam que a economia neoliberal só beneficia as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais, que países pobres ou em processo de desenvolvimento acabam sofrendo com os resultados de uma política neoliberal, causando o desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional.

Fundamentalmente, o aumento do desemprego, de acordo com a doutrina do neoliberalismo, prega que "fica no mercado (de trabalho, no caso) quem for mais competitivo, quem estiver mais preparado", ou seja, quem tiver mão-de-obra mais qualificada. Com a instituição do modelo neoliberal então, gera-se uma competitividade por empregos e salários, assim como uma busca por capacitação.

Havia o argumento que as empresas estatais não eram produtivas, e que ao privatizá-las, os seus serviços melhorariam. No entanto, a venda dessas empresas para grupos econômicos ou investidores particulares, não foi traduzida em um benefício proporcional. Além disso, algumas das empresas privatizadas eram altamente lucrativas e competitivas, desqualificando o argumento inicial que justificaria a sua venda.

A estratégia de privatização encorajada por ideais neoliberais não foi seguida por todos os países. Ao contrário do Brasil, a China e Índia (países que têm mostrado um crescimento enorme nas últimas décadas) adotaram tais medidas de forma restrita e gradativa. Nesses países, o investimento de grupos econômicos foram feitos em parceria com empresas nacionais.

Um dos principais problemas do processo de privatização de empresas estatais brasileiras é que o dinheiro conseguido deveria ter sido utilizado para diminuir a dívida pública. No entanto, tal não foi possível porque uma política de juros altos (para segurar a inflação e cativar investimentos estrangeiros) resultou em um aumento da dívida para valores superiores aos anteriores à "onda" de privatizações.

Assim sendo, mercado não está preocupado em qualificar mão-de-obra (grande parcela da população está neste dentro desse grupo), mas sim em retê-la, não criando mão-de-obra especializada e concentrando a tecnologia e o "saber" com poucas pessoas.

Em paralelo, podemos afirmar que este processo gera a má distribuição de renda e a desigualdade social, pois quem possui mais mão-de-obra qualificada (poucos, geralmente refere-se a indivíduos que possuem ensino superior completo) têm retorno e rendimento maior em comparação aos que possuem mão-de-obra menos qualificada (grande parte da sociedade). Assim sendo, o próximo ponto na discussão é justamente sobre o papel da educação.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Em termos teóricos, o neoliberalismo vê a educação de forma específica, e estes são alguns itens na área da educação: qualidade total, modernização da escola, adequação do ensino à competitividade do mercado internacional, nova vocacionalização, incorporação das técnicas e linguagens da informática e da comunicação, abertura da universidade aos financiamentos empresariais, pesquisas práticas, utilitárias, produtividade.

É importante salientar que, de acordo com a vertente neoliberal, a educação não é incluída no campo social e político, passando a ser integrada no mercado. Ou seja, teríamos a educação como mercadoria, como produto a ser vendido e consumido. Assim, alguns dos problemas econômicos, sociais, culturais e políticos abordados pela educação são muitas vezes transformados em problemas administrativos e técnicos.

Seguindo o modelo neoliberal, uma escola modelo e exemplar deve conseguir competir no mercado (com outras escolas). O aluno passa a ser um mero consumidor do ensino, enquanto o professor fica conhecido como um funcionário treinado para capacitar os seus alunos a se integrarem no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a educação desempenha um papel de extrema importância. E, colocando de forma simples, os mais capacitados e com níveis mais avançados de educação serão os indivíduos mais procurados. Fica então evidente, a forma que a educação está ligada a questão do desemprego, formando um componente fundamental na estruturação da sociedade capitalista. Um trecho do texto publicado na revista Exame destaca e revela algumas características importantes, segue:

Os dados também mostram que a maternidade precoce pode ter efeito sobre a educação: quanto antes chega o filho, maior a chance de uma mulher deixar os estudos. Na faixa dos jovens entre 15 e 17 anos, por exemplo, 88,1% das mulheres sem filhos estudavam. Entre as que tinham um filho ou mais, só 28,5% continuavam na escola. Entra aí também o gargalo de faltas de vagas nas universidades e no

ensino profissionalizante. E como mais anos de estudo geralmente significam uma maior renda no futuro, de acordo com várias pesquisas, as consequências podem ser ainda piores no longo prazo.

Entretanto, é inegável a forma que o mercado, ao mesmo tempo, não absorve o contingente de indivíduos que se formam em instituições de ensino superior, nos mais diversos campos de trabalho. Ou seja, muitas vezes, o nível de escolaridade não significa necessariamente empregos no mesmo nível e boas condições de trabalho.

É também visível o número de graduados em determinados segmentos não atuarem dentro de suas respectivas áreas ou não exercerem sua profissão de graduação. Assim como também é comum profissionais que apesar de estarem empregados dentro de suas áreas, acabam desempenhando trabalhos cuja carga horária é abusiva e o salário não correspondente com sua capacitação. Não significa porém que é uma baixa remuneração, mas sim situações desgastantes, podendo ser às vezes consideradas abusivas.

Outra realidade condizente com esses elementos é o requisito de níveis escolares para a contratação de empregados. Um exemplo interessante são as inúmeras empresas de limpeza que exigem formação no ensino médio para alocar indivíduos em varrição de rua. Isso demonstra que há pouca ligação entre o que se faz e a escolarização solicitada.

Há também um fenômeno inverso, muito observado também, o qual afeta indivíduos que possuem ou estão cursando um doutorado e acabam, fatalmente, sendo alvos de demissões ou simplesmente não são contratados. Isso ocorre na maioria das vezes porque as instituições (de ensino em sua maioria) teriam que pagar salários mais altos para os doutores. Nesse caso, não importa a qualidade de ensino e sua melhoria – mas o aumento da lucratividade das empresas. Isso reforça a noção do ensino no sistema neoliberal, que trata a educação como mercadoria e o aluno como cliente.

Ainda na década de 1990, como explicado no capítulo anterior, houve uma preocupação com a educação e o ensino profissionalizante, com isso foram criados os EJA – ensino de jovens e adultos, tendo também como objetivo capacitar

os que já estavam inseridos no mercado de trabalho (para manter seus respectivos empregos, por exemplo).

Em um artigo, a autora Liliana Rolfsen Petrilli Segnini, discorre a respeito da relação emprego e educação. Um dos pontos centrais de sua discussão diz respeito a importância de um ensino profissionalizante, alegando que os trabalhadores precisam de instrução técnica para poder lidar com novas tecnologias e técnicas e assim, minimizar o efeitos do desemprego.

Outro aspecto relevante apontado por Marcio Pochman (2012), diz respeito às longas jornadas de trabalhos desempenhados pelos pobres e como isso também ilustra a grande desigualdade socioeconômica brasileira.:“Nesses termos, coloca Pochman, questiona-se no Brasil, por exemplo, “por que somente os filhos dos pobres estão condenados ao ingresso no mercado de trabalho tão cedo, o que implica, muitas vezes, o abandono da escola”. Mais adiante, o autor também discorre a cerca das condições de trabalho infantil realizados por essas crianças, se não abandonam a escola: “quando não a combinação de brutais jornadas de atividades de 16 horas por dia (oito horas de trabalho, duas a quatro horas de deslocamentos e quatro horas de frequência escolar). A aprendizagem de qualidade torna-se muito distante nessas condições de reprodução humana.

Os filhos dos ricos, por sua vez, por permanecerem mais tempo na escola e de forma geral concluírem até o ensino superior, ingressam mais tardiamente no mercado de trabalho e ocupam os principais postos e os cargos mais elevados, com maior remuneração e status social, enquanto os filhos dos pobres somente disputam a base da pirâmide do mercado de trabalho, transformado num mecanismo de reprodução das desigualdades no país.

A condenação ao trabalho precoce somente pode ser ultrapassada e superada mediante a substituição da renda do trabalho por uma garantia de compensação monetária ao estudo. Isso seria extremamente útil ao universo de 500 mil estudantes de mais de 15 anos que se matriculam no ensino médio, mas não conseguem frequência anual devido à sua dependência à renda do trabalho.

Também vejo importante colocar que, de acordo com teóricos clássicos da sociologia, a educação tem o papel que vai muito além de simplesmente formar

indivíduos trabalhadores, mas formar cidadãos e prepará-los para uma vida em sociedade. Portanto, tendo em mente a análise de Pochman, traçando um paralelo com os sociólogos clássicos, fica nítida a forma que a educação de forma geral, não está apenas insuficiente em seu papel de formar cidadãos que entendam a sociedade, mas também está a favor de um capitalismo predatório, tratando a educação como mercadoria.

Para Pochman, nos anos 90, para cada 1% de crescimento no PIB, o número de indivíduos empregados crescia apenas 0,1%. Isto significa que o esforço de crescimento precisa ser maior do que antes para absorver e reter a mesma quantidade de mão-de-obra. Crescimento econômico não é a única solução para o desemprego; melhorar a renda do trabalhador pode diminuir o número de pessoas que procuram trabalho.

Pois com uma renda maior, para uma família se sustentar, menos pessoas precisam entrar no mercado de trabalho. Além disso, se aposentados e pensionistas recebessem um salário melhor não precisariam trabalhar para complementar sua renda. E, se os pais tivessem emprego e um salário condizente com as necessidades da família, muitas crianças com menos de 14 anos poderiam permanecer por mais tempo na escola, ao invés de aumentar a oferta de mão-de-obra.

DESEMPREGO NO BRASIL AO LONGO DA DÉCADA DE 1990

O desemprego, durante a década de 1990, foi acentuado, sobretudo durante o período de implantação do plano real. O já citado período de privatização de empresas estatais também desempenhou um papel importante nesse aspecto. Como colocado pelo autor Walcir Quadros:

De um lado, esta tabela aponta para a letargia na geração de oportunidades, provocada pelo baixo dinamismo econômico e por mudanças mais estruturais nas atividades econômicas. De outro, reflete a maior pressão sobre o mercado de trabalho, em parte devido aos próprios impactos da crise sobre as famílias. O resultado destes comportamentos é a explosão da desocupação, que cresce 70% no período 1992-2001! Por sua vez, decompondo a desocupação observa-se que o maior crescimento ocorre no segmento de pessoas que perderam suas ocupações em anos anteriores ao do inquérito, ou seja, o chamado desemprego de longa duração.

De acordo com o mesmo autor, em segundo lugar, ainda encontram-se aqueles que não conseguiram obter sua primeira ocupação ou emprego. Em poucas palavras, acaba ficando cada vez mais difícil, tanto ingressar como voltar ao mercado de trabalho. E o também forte crescimento do contingente dos que perderam a ocupação no ano do inquérito mostra que o problema continua se agravando entre aqueles que se encontram ocupados.

Portanto na década de 1990, além de forte e acentuada instabilidade econômica, apesar de alcançada estabilidade a partir de 1995 e da implantação do plano real, houveram também severas agitações na questão do emprego, que durou quase dez anos.

De fato, com a abertura da economia, iniciada em 1990 e principalmente a partir do Plano Real em 1994, observou-se um aumento considerável do nível de importações, as quais contribuíram para o fechamento de muitas empresas brasileiras (não preparadas para esta concorrência) e a eliminação de postos de trabalho.

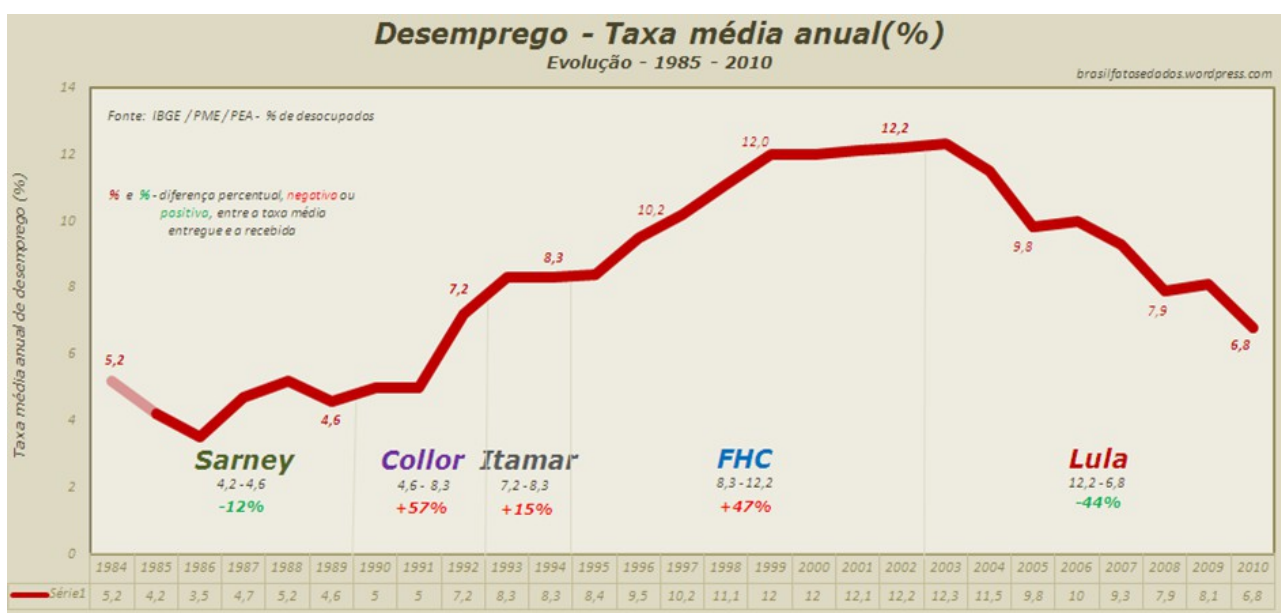
De acordo com um relatório do próprio IPEA, na década de 1990:

[...] o sistema público de emprego ainda não havia se consolidado no Brasil. De um lado, existiam os benefícios que dispunham de um esquema de financiamento claro, mas que se limitavam de forma geral à indenização por dispensa ou outro evento que resultasse em impedimento para o trabalho. De outro, havia tanto a rede de agências do Sine quanto o seguro-desemprego, ambos em tese voltados para apoiar a reinserção do trabalhador desempregado, podendo ser considerados como os primeiros passos na construção do SPETR, mas que na prática atuavam de forma paralela, sem articulação.

Na indústria, no início da década de 1990, a abertura da economia à entrada de veículos importados, que, em virtude do aumento da concorrência, ocasionou uma adaptação dos modos de produção das montadoras aqui instaladas às exigências do mundo globalizado; na atividade agropecuária, variações climáticas (seca prolongada, chuvas intensas, ocorrência de geadas), ou mesmo a proliferação de doenças que afetaram o gado bovino (febre aftosa), provocando elevadas taxas de demissão nos frigoríficos. Outro fator que desencadeou um grande aumento nas taxas e níveis de desemprego é o avanço da informática, substituindo vários postos de trabalho e cargos por uma fração reduzida.

Comparação quantitativa sobre o desemprego entre os governos ao longo dos anos.

É de fato muito interessante o aumento que o desemprego pontua durante a época FHC, e a subsequente queda no governo Lula. Por sinal, a era do neoliberalismo (e privatização acentuada) denotou um aumento na taxa de desemprego. As políticas públicas ganharam uma nova abordagem e estratégias durante o governo Lula, que, ao final do seu mandato em 2010, o nível de desemprego baixou para 6,8%. Abaixo segue um pequeno gráfico, disponibilizado no site do IBGE:



Fonte: IBGE

Creio que, tendo como herança direta os governos de Fernando Collor e Itamar Franco, e por isso herdou também os seus respectivos problemas. Fato que refletiu no aspecto do desemprego e crises financeiras.

É inegável que a era das privatizações teve um reflexo negativo nos níveis de desemprego, pois, ao abrir o mercado para concorrência estrangeira houve uma readequação de funcionários das antigas estatais. Apesar de terem aumentado o rendimento, as novas técnicas de gestão administrativa e a introdução de tecnologias também foram responsáveis por uma significativa redução nos postos de trabalho. Segue abaixo uma pequena análise de Paulo Baltar sobre o período:

“De 1995 a 2002, o valor das exportações aumentou no ritmo médio anual de 3,8% acelerando para 22,8% em 2002-2006 (CARDOSO JR., 2007). Mesmo em 1995-1997 as exportações crescem a 6,7% ao ano, muito menos rapidamente que em 2002-2006. Já a importação de 2002 tem valor total 5,5% menor que a de 1995 e cresceu a 17,9% ao ano em 2002-2006. O saldo do comércio de bens foi deficitário em 1995-2001, alcançando seu maior déficit em 1997 (6,7 bilhões de dólares) passando a superavitária desde 2002, alcançando-se um saldo positivo de 46 bilhões de dólares, em 2006. A valorização do real depois de 2003 reforçou o aumento das importações e prejudicou o investimento no desenvolvimento do mercado doméstico e da exportação. E o saldo do comércio de bens não foi o único responsável pela valorização do real, pesando igualmente neste resultado a política de altos juros para conter a atividade da economia e baixar a inflação, estimulando ao mesmo tempo um crescimento desproporcional da importação de bens.”

É visível também que, com a acentuação e o foco em políticas sociais a partir de 2002 contribuiu em diversas formas para o controle dos níveis de desemprego, demonstrando poucas fases de aumento, mesmo com uma crise financeira em 2008.

A CRISE DE 2008

A crise financeira que começou em 2008, e que espalhou-se pelo mundo e durou até 2009, teve seu berço nos Estados Unidos e foi uma das consequências direta da 'guerra ao terror', tão difundida e protagonizada pelo então presidente George W. Bush. O que de fato é mais uma forte expressão da inconsequente mentalidade bélica norte americana.

Quanto à crise financeira, é explicado que "Depois da ofensiva terrorista, o governo americano se envolveu em duas grandes guerras, no Iraque e Afeganistão, e começou a gastar mais do que deveria", diz Simão Davi Silber, professor do departamento de economia da Universidade de São Paulo (USP).

Para piorar a situação, ao mesmo tempo em que o país investia dinheiro na guerra, a economia interna já não ia muito bem - uma das razões é que os Estados Unidos estavam importando mais do que exportando. Em vez de conter os gastos, os americanos receberam ajuda de países como China e Inglaterra. Com o dinheiro injetado pelo exterior, os bancos passaram a oferecer mais crédito, inclusive a clientes considerados de risco.

Aproveitando-se da grande oferta a baixas taxas de juros, os consumidores compraram muito, principalmente imóveis, que começaram a valorizar. "A expansão do crédito financiou a bolha imobiliária, já que a grande procura elevou o preço dos imóveis", diz Silber.

Porém, depois disso, chegou uma hora em que a taxa de juros começou a subir, diminuindo a procura pelos imóveis e derrubando os preços. Com isso, começou a inadimplência - afinal, as pessoas já não viam sentido em continuar pagando hipotecas exorbitantes quando as propriedades estavam valendo cada vez menos. Os clientes davam como garantia suas casas, mas o mercado imobiliário entrou em crise. Os preços dos imóveis caíram, reduzindo as garantias dos empréstimos.

Com medo, os bancos dificultaram novos empréstimos. Isso fez cair o número de compradores de imóveis, agravando ainda mais a crise no setor, que começou a ser observada em julho de 2007. O problema pode afetar o nível de emprego e o consumo, causando uma recessão geral na economia dos EUA.

Nesse momento, faltou dinheiro aos bancos, que em um primeiro momento foram ajudados pelo governo americano. Só que, ao mesmo tempo, surgiram críticas a essa política de socorro aos banqueiros. Frente à pressão política, a Casa Branca decidiu que não ia mais interferir, deixando o banco Lehman Brothers quebrar.

O fechamento do quarto maior banco de crédito dos Estados Unidos causou pânico e travou o crédito. Chegou a crise, que prejudica também o nosso país. "Sem crédito internacional, também diminui o crédito no Brasil, caem as exportações e o preço das nossas mercadorias aumenta o risco e a taxa de juros", explica Silber. O economista também afirma que as recessões são recorrentes, mas essa é maior do que de costume. "Uma crise dessa intensidade não é comum, a mais parecida com ela foi a de 1929", afirma Silber.

Como os EUA estão entre os maiores consumidores do mercado global, todo o mundo é afetado. Países que exportam para lá, como o Brasil, podem vender menos. As Bolsas mundiais, incluindo a brasileira, sentiram o baque e tiveram perdas fortes nos três primeiros meses do ano. Na Europa e na Ásia, os índices de ações regionais tiveram o pior desempenho trimestral desde 2002.

Também existiu a ideia de "blindagem" da economia brasileira. O raciocínio é de que a demanda de países emergentes, principalmente a China, por matérias primas (setor em que o Brasil é forte) e o consumo interno aquecido ajudariam contrabalançar uma eventual redução de exportações para os EUA.

No plano financeiro, o inédito volume de reservas internacionais do Brasil, hoje próximo de US\$ 200 bilhões, ajuda os investidores a manterem a confiança na capacidade do país de honrar suas dívidas. Tendo em vista o gráfico acima, é nítido que mesmo com a crise financeira acentuada, o Brasil ainda assim manteve um nível de desemprego estável.

A GERAÇÃO NEM-NEM

A recém conceituada e reconhecida 'Geração nem-nem' diz respeito a uma população de jovens (considerado pelo IBGE, as idades de 15 a 29 anos) que não se encontram estudando nem trabalhando, impulsionados por uma vasta gama de motivos. De acordo com um artigo publicado no portal da revista Exame:

“De acordo com os últimos dados do IBGE, o Brasil tem hoje 9,6 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos que não estão nem no mercado de trabalho, nem no sistema de ensino. A proporção de "nem-nems" vai de 15% dos jovens no Sul a 23,9% no Nordeste. Na média, os nem-nems são o equivalente a 19,6% do total desta faixa etária - ou cerca de um a cada cinco jovens.

A taxa pouco mudou ao longo da última década, o que por si só já é um mau sinal: "Esse jovem desocupado é uma perda social para o país e precisamos de políticas públicas para o desenvolver. Estamos atrás de muitos países da América Latina nesse sentido", diz Cristiane Soares, pesquisadora do IBGE.”

Dentro dos conceitos já colocados sobre o desemprego e suas categorias, creio que a geração nem-nem, como descrita, pode ser relacionada como uma derivação de um desemprego estrutural, no qual o mercado não pode absorver esses indivíduos que em sua maioria, possuem inclusive ensino médio completo.

Para efeito de análise, vou traçar uma comparação entre o já mencionado conceito marxista de 'exército de reserva' e o que diz respeito a 'geração nem-nem'. Apesar da relação, a priori, não ser exatamente idêntica – tal como Marx elaborou, creio que posso realizar uma aproximação e adaptação do conceito original. A Geração 'nem-nem' considerada uma versão 'atual' do exército de reserva, é uma mão-de-obra que não está inserida no mercado de trabalho, ficando aquém da margem da parcela empregada.

Em resumo, pode-se considerar que a geração 'nem-nem' é uma espécie ou um tipo de exército de reserva que temos hoje. Apesar do conceito básico do exército de reserva definir que os que estão desempregados teoricamente aceitariam trabalhar por salários inferiores à aqueles que são pagos à indivíduos que já se encontram inseridos dentro do mercado de trabalho. Portanto, ênfase que,

apesar de não serem exatamente um exército industrial de reserva propriamente dito, assim como Marx originalmente concebeu, creio que a aproximação e certa adaptação do conceito original é algo plausível e talvez necessário.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E DE COMBATE AO DESEMPREGO

Segundo um relatório do ano de 2006 pelo IPEA, as políticas públicas de combate ao desemprego foram criadas e colocadas em prática na década de 1960 e era considerado que, o nível do desemprego era produto direto e reflexo da situação econômica do país. De acordo com o relatório, “apesar do longo caminho trilhado pelas economias desenvolvidas desde o final da II Guerra Mundial na estruturação de seus sistemas públicos de emprego, a experiência brasileira nesse campo ocorreu muito mais recentemente”.

O fato é que as primeiras políticas de proteção ao trabalhador, no sentido de assegurar direitos trabalhistas, só começaram a ser implantadas no Brasil na década de 1960. Como pode-se observar, nos anos anteriores da década de 1960, o trabalhador poderia ser explorado pelos empregadores e submetido a condições de trabalho desgastantes e corrosivas. A implantação destas políticas mesmo que tardias, foram, porém de extrema importância conquista para a classe de trabalhadores brasileiros.

E por seguinte, também é colocada em questão os aspectos populacionais: o crescimento demográfico e a migração da população, gerando um novo contingente de mão de obra. Um pequeno trecho do relatório afirma:

Nessa época, o crescimento populacional, a migração rural e o crescimento dos grandes centros urbanos provocaram uma expansão significativa da mão-de-obra disponível nas cidades. As altas taxas de crescimento econômico do período possibilitaram a incorporação de parcela expressivas da população economicamente ativa (PEA) ao mercado formal de trabalho, sobretudo no setor industrial e nos aparelhos do estado.(IPEA, 2006)

Pois então, visando essa significativa população que migrou do campo, e o desenvolvimento e crescimento de centros urbanos, foi necessário, não só assegurar leis e por consequência, direitos trabalhistas, mas também surgiu uma preocupação em absorver essa massa de trabalhadores para dentro do mercado de

trabalho. Como explicado na citação acima, os setores industriais e os aparelhos do estado foram responsáveis por absorver uma grande parte dessa nova PEA.

Obviamente que, com o passar dos anos, apareceram novas tecnologias e novas técnicas de produção, o que fez com que vários postos de trabalho (pelo menos dentro do setor industrial) fossem substituídos por máquinas, automatizando mais profundamente um processo já automatizado – por exemplo, dez cargos sendo substituídos por apenas um.

Com esse tipo de mudança estrutural, foram elaboradas algumas formas de reaproveitamento e reeducação destes trabalhadores que perderam o emprego em função de inovações tecnológicas que renderam seu trabalho obsoleto. Um exemplo de uma forma de reeducação desses trabalhadores foi a criação dos ensinos profissionalizantes e o já citado EJA (Educação para Jovens e Adultos), a última tendo em vista as pessoas que não tiveram educação formal. Assim sendo, cito mais uma vez Marcio Pochmann, que discorre a respeito de algumas dessas características e dos desdobramentos nos dias de hoje e o que resultam essas políticas:

A oportunidade de implantação de uma agenda decente e inovadora de combate ao desemprego atualmente em expansão requer a ousadia de ações transformadoras da relação entre a jornada de trabalho pela sobrevivência e o tempo de vida. Para uma sociedade cada vez mais focada no conhecimento, parece não haver razões para o ingresso no mercado de trabalho antes dos 25 anos de idade, apenas após a conclusão do ensino superior. Isso não significaria, contudo, a possibilidade de experiência laboral voltada exclusivamente à aprendizagem teórica abstrata, mas a crescente experimentação prática, com maior aproximação possível do ensino aos requisitos da demanda econômica dos trabalhadores, por meio do estágio e períodos de labor por curtos períodos no ano, como nas férias educacionais.

(Pochmann, 2012)

Atualmente, a PEA (população economicamente ativa), um indicador usado nas principais pesquisas e relatórios, diz respeito aos indivíduos que possuem

capacidade de desempenhar um trabalho ou uma atividade econômica, não sendo consideradas se de fato, encontram-se empregadas ou não. Portanto, fazem parte da PEA todas as pessoas que encontram-se de 16 a 65 anos de idade pro sexo masculino e 60 anos para o feminino.

Pois no Brasil, um recorte urbano da PEA de ocupados assalariados passou de 42%, em 1940, para 62,8%, em 1980. Nesse contexto, é importante deixar claro que a sociedade continuou com grande desigualdade, a renda continuou visivelmente concentrada e permaneceram vários problemas de informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos (Pochmann, 1998). Em 1983, os 50% mais pobres da população se apropriavam de apenas 13,6% da renda total do país, enquanto os 10% mais ricos detinham 46,2%.

Se tratando de ciência econômica e detalhes quanto ao PIB, cito o autor Paulo Baltar para um respaldo de caráter mais técnico. De acordo com um artigo de sua autoria, o lento crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que durou boa parte da década de 1980 (a década perdida), e os efeitos sobre o mercado de trabalho da abertura da economia e a implantação de políticas econômicas de caráter neoliberal na década de 1990, acabaram por agravar sobremaneira a situação das pessoas em termos de condição de atividade e tipo de ocupação, e assim: “[...] aumentando a taxa de desemprego aberto que era menos de 5% e passa a mais de 10% da população economicamente ativa (PEA), ao mesmo tempo em que diminuiu fortemente o peso dos empregos formais na ocupação das pessoas que atualmente não passa de um terço da PEA” explica o autor.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizada e efetuada pelo IBGE e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) permitem descrever e delinear sumariamente o quadro atual da ocupação da População Economicamente Ativa (PEA) no conjunto do país.

Assim, em 2005, a PEA é constituída por 96 milhões de pessoas, sendo 8,9 milhões desempregados, 4 milhões se dedicam apenas ao auto consumo agrícola ou à auto construção, 5,9 milhões são membros da família que ajudam o conta própria sem remuneração e os outros 77 milhões trabalham em atividade econômica por alguma remuneração. Em suma, 19 milhões de pessoas ou 20% da PEA ou não têm qualquer trabalho em atividade econômica ou trabalha, mas não têm remuneração.

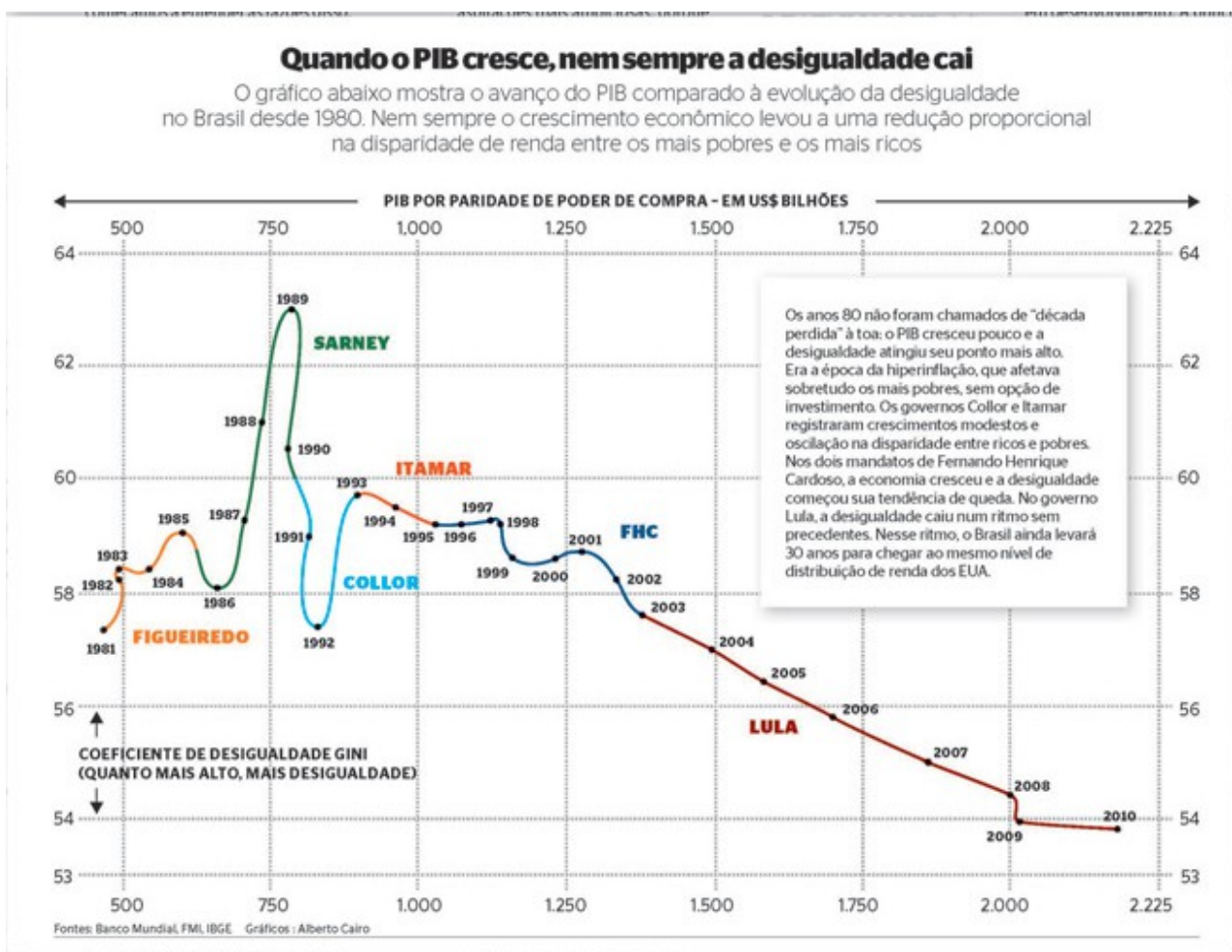
Das 77 milhões de pessoas que trabalham em atividade econômica e têm remuneração, 6,6 milhões são empregadas no serviço doméstico que trabalham para famílias, 47,9 milhões são empregados de estabelecimentos organizados para realizar atividades econômicas, 3,8 milhões são empregadores e 18,8 milhões são trabalhadores por conta própria.

Outra característica foram as tendências do mercado de trabalho, que, no entanto, mudaram com a desvalorização do real em 1999. O crescimento do PIB continuou lento, mas o número de pessoas ocupadas passou a crescer mais rapidamente e entre as pessoas ocupadas, destacou-se a elevada intensidade da ampliação das que formam a parcela das que têm emprego com contrato formalizado segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou o Estatuto do Servidor Público.

Continua, não obstante, uma pouca estruturação do mercado de trabalho, especialmente as altas participações do trabalho por conta própria e do emprego sem carteira de trabalho na absorção da população ativa, o baixo nível dos salários e a extrema instabilidade dos vínculos de emprego, mesmo no caso dos contratos que respeitam as leis trabalhistas.

A desigualdade das rendas do trabalho tem diminuído ligeiramente e não por conta de uma elevação geral do poder de compra dos salários, mas devido à redução na frequência relativa dos postos de trabalho com maior remuneração, notando-se uma ampliação na concentração dos trabalhadores ganhando um pouco mais do que o salário mínimo legal.

Abaixo um gráfico que ilustra a desigualdade socioeconômica no Brasil, começando pela década de 1981, levando também em consideração o PIB (publicado no portal da revista EXAME):



FONTE: Revista Exame, 2011.

Analisando o gráfico pode-se notar que nos últimos dez anos manteve-se um nível decrescente de desigualdade, assim como os níveis de desemprego. É seguro afirmar que existe uma forte correlação entre desigualdade e desemprego e também distribuição de renda. É interessante notar que a partir da era FHC, os índices de desigualdades começaram a cair, e dispararam na era Lula.

Também é visível porque a década de 1980 é chamada de 'década perdida'- quando o PIB demonstrou pouco crescimento e a desigualdade por sua vez atingiu seu ponto mais alto. Dessa forma a década de 1990 foi um período de transição e por isso um tanto instável.

O BOLSA FAMÍLIA

Visando atender famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda criado em 2003 pelo então presidente da república Lula. O projeto em si foi criado para integrar e unificar ao Fome Zero e aos programas criados e implantados no Governo FHC: O Bolsa Escola, o Auxílio Gás, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. A então primeira-dama do Governo FHC D. Ruth Cardoso, impulsionou a unificação dos programas de transferência de renda e de combate à fome e pobreza no país.

O Programa Bolsa Família, tecnicamente, consiste na ajuda financeira às famílias pobres (definidas como aquelas que possuem renda per capita de 70 até 140 reais) e extremamente pobres (com renda per capita menor que 70 reais). Os requisitos para o benefício porém, é que as famílias beneficiárias mantenham seus filhos e/ou dependentes com frequência na escola e vacinados. O programa tem como objetivo geral reduzir a pobreza a curto e a longo prazo através de transferências condicionadas de capital, o que, por sua vez, visa a quebrar o ciclo geracional da pobreza.

Existe, entretanto uma crítica, ligada a pontos de vista mais conservadores a respeito do Bolsa Família, que colocam que o programa acaba por gerar uma acomodação por parte das famílias beneficiadas e portanto, deixariam de procurar emprego e outras fontes de renda.

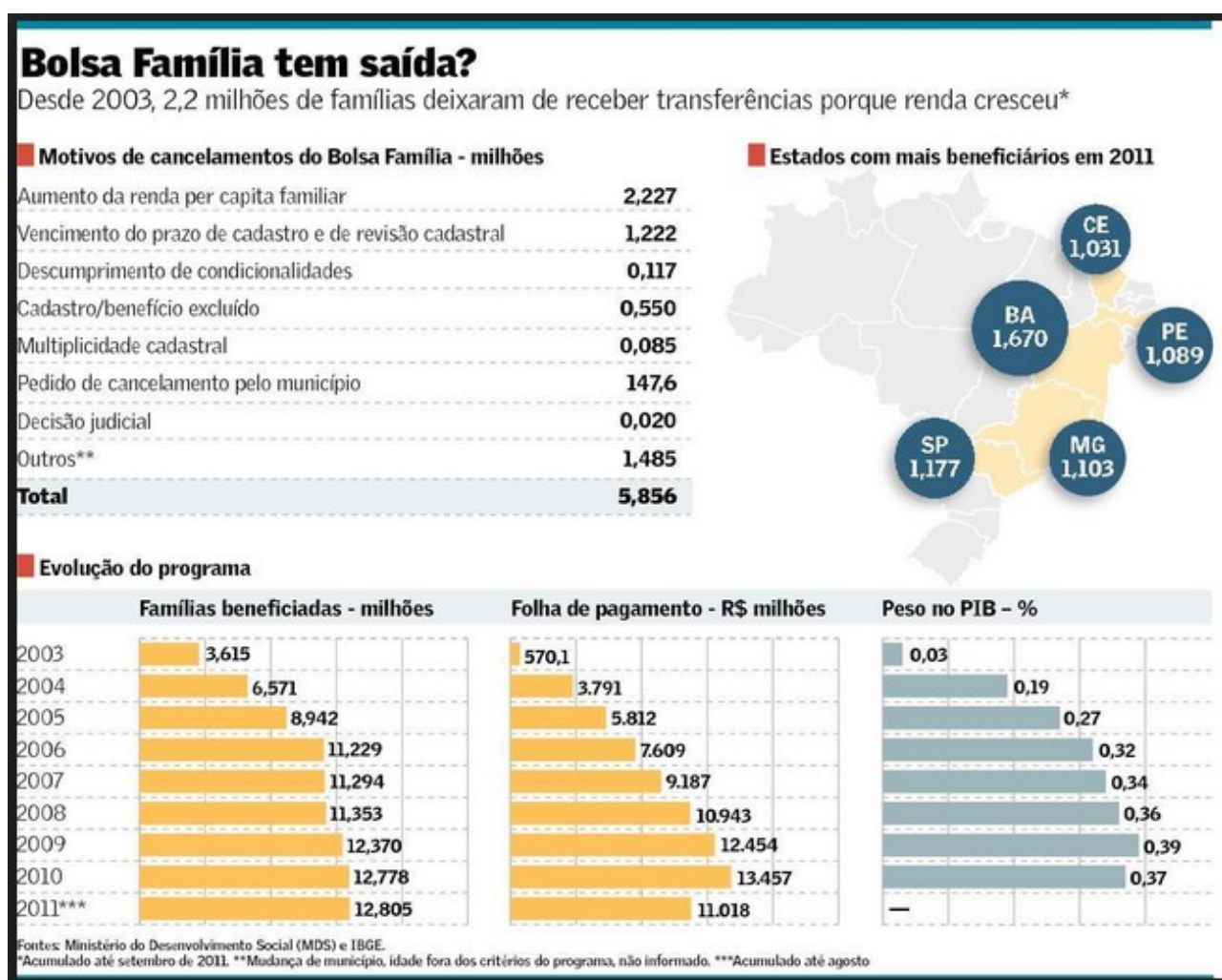
Para uma explicação um pouco mais esclarecedora, cito um pequeno trecho do artigo de Fabiano Amorim, publicado no site Diário do Centro do Mundo:

“Essa história em que os beneficiários do bolsa família não querem mais trabalhar entra em total conflito com o fato de que estamos hoje com as menores taxas de desemprego da história brasileira. Fechamos outubro (de 2013) com uma taxa de 5,2% de desemprego. Só para efeito de comparação, o desemprego na Alemanha hoje é de 6,5%, nos EUA é de 7,3% e na França 10,9%. Portanto esse argumento é muito falho e não há nada que o justifique.”

O bolsa família, portanto, é um recurso que não só mostra-se necessário

para o desenvolvimento de elementos socioeconômicos, como também contribui com o um processo de descentralização do fluxo de capital e também pavimenta o caminho pra uma distribuição de renda mais justa. Também é importante pensar que o programa é relativamente novo, pois foi implantado há cerca de dez anos e ostenta bons resultados.

Abaixo, segue um gráfico que esboça, desde o ano 2003 até 2011, uma estimativa do número de famílias que deixaram o programa porque conseguiram conquistar uma renda significativa:



Fonte: Revista ÉPOCA, 2011

Outras ideias e comentários comuns que são difundido nos principais meios de comunicação é que aqueles que recebem o bolsa-família ficariam supostamente dependentes desse dinheiro e jamais vão se esforçar para melhorar de vida, procurar empregos e gerar mais renda. Esse é mais um equívoco e grande engano de quem se informa muito pouco, ou não se informa sobre o assunto. Entre

outubro de 2003 e fevereiro de 2013, cerca de 1,69 milhão de famílias abriram mão voluntariamente do bolsa família após terem sua renda aumentada e não precisarem mais do benefício.

Outro argumento amplamente compartilhado é que as famílias que têm muitos filhos recebem muito dinheiro. Não poderiam estar mais enganados. Para receber 268 reais, é necessário que a família tenha renda de menos de 70 reais por pessoa e tenha 5 filhos. O valor máximo do bolsa família chega a 306 reais, atendendo a outras condições adicionais.

Ou seja, fazer uma comparação e ligar o programa a uma suposta acomodação dos beneficiários em relação ao mercado de trabalho, é no mínimo, uma falácia sem embasamento empírico e mal informado.

Outro fator importante a respeito do Bolsa Família é que, segundo uma pesquisa realizada pelo IPEA, o programa é barato e de bom custo benefício, como apontado na coluna da jornalista Camila Veras Mota para o site Valor Econômico:

Para o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e presidente do Ipea, Marcelo Neri, um dos principais atributos do programa é seu bom custo-benefício. Os gastos com o Bolsa Família representam apenas 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), mas cada R\$ 1 gasto com o programa “gira” R\$ 2,4 no consumo das famílias e adiciona R\$ 1,78 no PIB.

Para efeito de comparação, em outro programa de transferência, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é gasto 0,6% do PIB, com geração de R\$ 1,54 em consumo e R\$ 1,19 no PIB. O seguro-desemprego, cujos gastos alcançam também 0,6% do PIB, rende R\$ 1,34 em consumo e R\$ 1,09 no PIB.

Pois como citado, além de ajudar a combater o desemprego, também contribuí com o desenvolvimento e o aumento do PIB. Ainda segundo a colunista:

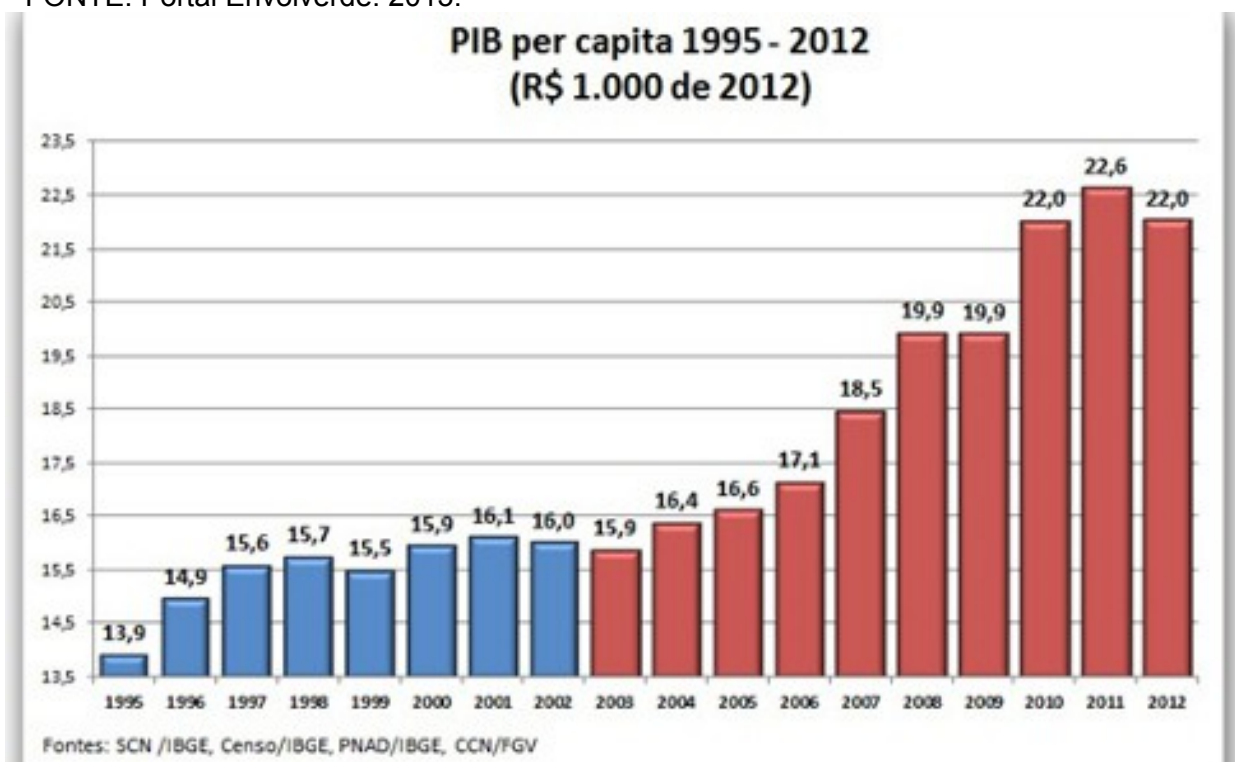
De acordo com os dados do Ipea, o Bolsa Família reduziu a extrema pobreza em 28% entre 2002 e 2012. Caso o programa não existisse, o percentual da população vivendo com renda mensal inferior a R\$ 70 seria de 4,9%, ante atuais 3,6%, dado calculado com base nos dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Também é afirmado que entre 2002 e 2012, o Bolsa Família respondeu, de forma relativa, por 12,2% da queda na concentração de renda medida pelo coeficiente de Gini. Nesse período, a renda média entre os 10% mais pobres no país

avançou 120%, contra 26% entre os 10% mais ricos, denotando um avanço para melhor distribuição de renda no país. Ainda segundo os dados mostrados pelo Ipea, cada real fiscal gasto pelo programa gera um benefício social 5,2 vezes maior.

Abaixo um gráfico simples, cruzando o aumento do PIB com o passar dos anos. Com um destaque ao período que se inicia a implantação do bolsa família:

FONTE: Portal Envolverde. 2013.



As colunas vermelhas representam os anos que o bolsa família foi implantado (a partir de 2003).

É digno de nota que, apesar de duramente criticado como sendo uma medida populista e paternalista, o Bolsa Família mostra-se hoje como um programa essencial e fundamental para o desenvolvimento e para mitigação de problemas de miséria e fome. Também é importante salientar que o Bolsa Família não só auxilia na criação de novos empregos, melhora a distribuição de renda, como também contribui com a economia de forma geral (como citado sobre a questão do PIB).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei abordar, nesse trabalho, as questões que orbitam todo o problema e o fenômeno do desemprego no Brasil. Obviamente que minha preocupação central foi o desemprego e seu desdobramento durante as últimas décadas – justamente por causa de mudanças profundas no funcionamento político e econômico do país.

Dentre essas mudanças, creio que o golpe militar de 1964, o processo de redemocratização e, posteriormente, a instauração de políticas neoliberais denotam uma fase de turbulência social e econômica (talvez até cultural) que merecem ser estudadas e compreendidas. Houve inúmeras causas e consequências desses acontecimentos e assim sendo, a questão do desemprego sempre foi um reflexo de toda a “saúde” econômica do país. Obviamente atrelado ao desemprego estão problemas nas áreas de educação, saúde e segurança alcançando inclusive questões e debates acerca dos direitos humanos.

Como se trata de um período recente e ainda impactantes no cenário sociopolítico, acaba sendo muito vulnerável a interpretações parciais e conseqüentemente, julgados e compreendidos sob uma ótica maniqueísta. Portanto é importante colocar uma discussão e proponho um contraponto às interpretações reacionárias e às divulgações veiculadas, hoje, na grande mídia brasileira.

Por fim, como se trata de um trabalho de sociologia acima de tudo, posso constatar que é um tanto desafiante elaborar uma análise pautada apenas na sociologia – é indispensável os resultados e trabalhos já publicados de outras áreas como a economia e a ciência política. Entretanto, penso que esta intertextualidade e a interpenetração dessas ciências e áreas do conhecimento é que lhes confere um resultado tão completo e abrangente, isso sem levar em consideração o nível de “realismo” que as mesmas proporcionam.

Porém, mesmo com todo o apoio teórico e empírico, ainda é uma tarefa desafiadora produzir uma análise rica e detalhada e por isso, e para não perder o foco da ideia principal, não será cabível aqui analisar detalhadamente os setores de produção e o contingente rural por exemplo. Também não fiz menção ao campo de emprego informal e trabalho não registrado, porém creio que essa parcela possui

uma grande importância e pode ter muito a adicionar e contribuir nesse debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

POCHMAN, Marcio. 2012 “Desemprego, o que fazer?”Disponível em: http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_canal=42&cod_noticia=12009

DIEESE. “Sistema PED de pesquisa de emprego e desemprego”. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>

FRANCH M.; BATISTA C.; CAMURÇA S. “Neoliberalismo: a doutrina que orienta o ajuste estrutural”. 2001. disponível em:<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/cidadania/0032.html>

MARQUES, Ana Paula. “Repensar o mercado de trabalho: Emprego vs Desemprego”.1999 Disponível em:<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13548/3/Repensar%20o%20Mercado%20de%20Trabalho%20Emprego%20VS%20Desemprego.pdf>

BUCKARIN, N; PREOBRAZHENSKI E. “A dependência do proletariado, o exército de reserva, o trabalho das mulheres e das crianças” Disponível em: <http://sociologiawdf.blogspot.com.br/p/pagina.html>

ROBERTO, José. “Sociologia do Trabalho – Desemprego”. 2011 Disponível em: <http://sociohistoria2011.blogspot.com.br/2011/12/sociologia-do-trabalho-desemprego.html>

TRINDADE, Francisco. “Os desempregados são o exército industrial de reserva do capitalismo”. 2013.Disponível em: <http://franciscotrindade.blogspot.com.br/2013/07/os-desempregados-sao-o-exercito.html>

DE SOUZA, Davisson C. C. “A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. 2005. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/viewFile/1304/882>

WIKIPEDIA, A enciclopédia livre. “Exército Industrial de Reserva”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ex%C3%A9rcito_industrial_de_reserva

CALEIRO, João Pedro. Revista EXAME. “Quem são os 9,6 milhões de jovens da

geração nem-nem”. 2013. Disponível em:

<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/quem-sao-os-9-6-milhoes-de-jovens-da-geracao-nem-nem?page=1>

DE ANDRADE, Hanrikson. “IBGE: um quinto dos jovens no Brasil é "nem-nem", que não estuda nem trabalha”. 2013. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm#fotoNav=10>

GAMA, A.; MADEIRO, C. “Nordeste tem o maior percentual da geração 'nem-nem'”. 2013. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/nordeste-tem-o-maior-percentual-da-geracao-nem-nem.htm>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. “Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil”. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7_politicas.pdf

MARINHO, Danilo N. C.; BALESTRO, Moisés Villamil; WALTER, Maria Inez M. T.; “Políticas públicas de emprego no Brasil – Avaliação externa do programa seguro-desemprego”. 2010. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812E0556D0012E0A4F2DAE2397/B30C6B-C6d01.pdf>

SCHLINDWEIN, Madalena Maria; SHIKIDA, Pery Francisco. “Análise comparativa do desemprego no Brasil durante as décadas de 80 e 90: implicações e panoramas políticos.” 2000. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1189>